



**TRE
PARANÁ**

CONTRATO Nº ____/2025

PAD 16.088/2024

Minuta de Contrato – Anexo V

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, que entre si fazem o TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a
empresa _____.**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais legislações pertinentes, com fulcro no artigo 75, inciso II, em conformidade com o Aviso de Dispensa Eletrônica nº ____/2025, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa:

_____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na cidade de ____/____, à Rua _____, nº _____, Bairro: _____, CEP _____, telefone (____) _____ e (____) _____, e-mail: _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de serviços de chaveiro e correlatos, com fornecimento de materiais necessários, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no Aviso de Dispensa Eletrônica e Termo de Referência e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 6º, inciso XXXI da Lei nº 14.133/21, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de tarefa.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA CARACTERIZAÇÃO LEGAL DO OBJETO

2.1. A contratação possui natureza de prestação de serviço, com fornecimento de materiais necessários, caracterizado pela prestação continuada, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 – Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

3.2 - Do local e horário da prestação dos serviços: os serviços deverão ser prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e no Fórum Eleitoral de Curitiba, situados na Rua João Parolin nº 224 e 55, Prado Velho, Curitiba/PR, no horário das 12h às 19h para chamados **comuns** de segunda a sexta-feira, e das 22h às 05h, para chamados **especiais**, conforme solicitação da Seção de Manutenção Predial, incluindo sábados, domingos, feriados e período noturno.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Incumbe ao CONTRATANTE:

4.1.1 - Permitir acesso dos empregados da Contratada às dependências do TRE/Fórum para a execução do contrato.

4.1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.

4.1.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

4.1.4 - Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.1.5 - Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

4.1.6 - Solicitar a substituição/refazimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto.

4.1.7 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

4.1.8 - Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.

4.1.9 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, quando a legislação assim determinar.

4.1.10 - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

5.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência – Anexo I.

5.2 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD):

5.2.1 - As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.

5.2.2 - A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, ensejará MULTA DE 10% do valor total do contrato.

5.2.3 - É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

5.3 - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições **para a qualificação exigidas na contratação direta**.

CLAUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 26/04/2025¹, podendo ser prorrogado até o limite do valor de dispensa, na forma do art. 75, II, da Lei 14.133/21, ou extinto, nos termos da mesma lei.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

7.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta do Programa de Trabalho Resumido nº _____;

Elemento de despesa: _____.____.____.____;

Nota de Empenho: _____, emitida em ____/____/2025;

Categoria econômica: Custeio;

Código SIASG: **5436**

CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1 - Pelos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), conforme a seguir especificado:

Item	Tipo do serviço	Descrição do serviço	Qtde estimada	Valor unitário	Valor total
1.1	Deslocamento ao TRE/PR	Deslocamento até as instalações do TRE/PR para atendimentos a chamados comuns, em horário comercial.	30	R\$	R\$
1.2	Deslocamento ao TRE/PR	Deslocamentos até as instalações do TRE/PR para atendimentos a chamados especiais, em regime de urgência, em finais de semana, feriados ou em período noturno (no horário compreendido entre 22h e 05h).	1	R\$	R\$
1.3	Cópias de chaves	Tipo cilindro/tambor (tipo Yale)	250	R\$	R\$
1.4	Cópias de chaves	Tipo tetra-chave	2	R\$	R\$
1.5	Cópias de chaves	Tipo tubular (tipo Yale)	15	R\$	R\$
1.6	Cópias de chaves a partir do segredo	Tipo cilindro/tambor	3	R\$	R\$
1.7	Cópias de chaves a partir do segredo	Tipo gaveta/armário	11	R\$	R\$
1.8	Cópias de chaves a partir do segredo	Tipo tetra-chave	2	R\$	R\$
1.9	Abertura de portas	Com chave tipo cilindro/tambor	7	R\$	R\$
1.10	Abertura de portas	Com chave tipo tetra-chave	2	R\$	R\$
1.11	Abertura de portas	Cofres	1	R\$	R\$
1.12	Troca de segredo	Com chave tipo cilindro/tambor	9	R\$	R\$
1.13	Troca de segredo	Com chave tipo tetra-chave	7	R\$	R\$
1.14	Fornecimento (Marcas de referência: Pado, Papaiz, La Fonte ou Similar)	Fornecimento de fechadura para porta divisória.	1	R\$	R\$
1.15	Instalação de fechadura tipo cilindro/tambor porta de madeira (Marcas de referência: Pado, Papaiz, La Fonte ou Similar)	Instalação de fechadura tipo cilindro/tambor porta de madeira, sem material.	1	R\$	R\$

¹ Data estimativa

1.16	Instalação de fechadura em porta divisória (Marcas de referência: Pado, Papaiz, La Fonte ou Similar)	Instalação de fechadura em porta divisória, sem material.	1	R\$	R\$
1.17	Serviços correlatos	Conserto em fechaduras de arquivo de aço, mesa, escrivaninha ou armário de madeira.	1	R\$	R\$

8.1.1 - O período para faturamento deverá ser mensal, desde que haja realização de serviço no mês correspondente, sendo que o fechamento dos serviços realizados deverá ser feito no último dia do mês, e o documento de cobrança deverá ser emitido até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

8.1.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte de todo e quaisquer tributos que incidirem sobre o objeto, de acordo com os normativos legais vigentes.

8.2 - Do documento fiscal:

8.2.1 - O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR, localizada na Rua João Parolin, nº 224, Bairro Prado Velho, Curitiba/PR, direcionado à Seção de Manutenção Predial - SEMP. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail semp@tre-pr.jus.br, telefone: (41) 3330-8306 ou 3330-8593 ou 3330-8871 e 3330-8951, caso não seja possível lançar no sistema.

8.2.2 - O CNPJ da CONTRATADA deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

8.2.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato, preços unitários e totais
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

8.3 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o **5º (quinto) dia útil após a solicitação do gestor do contrato**.

8.4 – Das condições de pagamento: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.4.1. - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 5(cinco) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

8.4.2 - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 5(cinco) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

8.4.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

8.4.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo (s).

8.4.5 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e tenha solicitado formalmente, os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.5 - Da regularidade fiscal:

8.5.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.5.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.5.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo (s).

8.5.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.5.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

10.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ocorrido em 02/12/2024, nos termos do artigo 25 § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2 - Após o interregno de um ano da data do orçamento, e **independentemente de pedido da contratada**, em caso de prorrogação, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, segundo a variação do IPCA (Índice de preços do Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

11.2 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.1 - DA GRADUAÇÃO DAS SANÇÕES: Situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação das penalidades de **ADVERTÊNCIA e SANÇÃO**, graduadas em LEVE, MÉDIA, GRAVE e GRAVÍSSIMA de acordo com a gravidade e os prejuízos causados à Administração:

I - leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade.

II - média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimo: Inadimplemento total, que acarreta paralização total da prestação dos serviços, recaiando em Extinção Contratual.

11.2.1 - a) ADVERTÊNCIA: Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

Fatos Imputáveis	
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Falta de atendimento, pelo preposto, dentro de 24 (vinte e quatro) horas do contato realizado pela gestão contratual;
3	Falta de preposto, sem nova designação pela Contratada;
4	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento.
5	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo.
6	Encaminhar nota fiscal com falta de documento.

11.2.1 - b) MULTAS: A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Descumprimentos	Dosimetria e base de Incidência
MÉDIA	<p>b.1. Não respeitar, de forma reiterada*, o prazo de atendimento definido para os deslocamentos (tanto para chamado comum quanto para chamado especial).</p> <p>b.2. Não respeitar, de forma reiterada*, o prazo para confecção e entrega dos materiais, retirados do TRE/PR.</p> <p>b.3. Não respeitar, de forma reiterada*, o prazo para confecção e entrega dos materiais, entregues ao gestor da contratada.</p> <p>b.4. Descumprimento reiterado* às normas de sustentabilidade.</p>	5% (cinco por cento) do valor da demanda mensal (NF mensal).
GRAVE	<p>b.5. Não cumprimento, no mesmo mês, dos prazos relativos ao atendimento e à confecção e entrega de mais de um item solicitado.</p> <p>b.6. A qualidade do item entregue não aprovada pelo fiscal (baixa qualidade do material, não funcionalidade do item entregue, não realização do serviço contratado, não utilização das marcas de referência especificadas, etc.).²</p>	10% (dez por cento) do valor da demanda mensal (NF mensal).
	b.7. Não respeitar, de forma reiterada*, os agendamentos para realização dos serviços. Aplicar-se-á a presente multa caso a empresa não compareça nos dias e horários pré-estabelecidos.	10% (dez por cento) do valor do deslocamento.
	b.8. Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
GRAVÍSSIMA	b.9. Multa compensatória, pelo inadimplemento total, caracterizado pela não prestação dos serviços contratados.	20% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

***considera-se ocorrência reiterada aquela que se der em 03 (três) vezes seguidas ou 05 (cinco) vezes intercaladas, durante o exercício financeiro.**

11.2.2 - Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração.
- b)** inexecução total do contrato.
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.
- d)** atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos na alínea c) e incisos do item b), Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos.

11.2.3 - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar

² Sem prejuízo da multa aplicada a CONTRATADA deverá repor o item ou refazer o serviço irregular sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa.
- b)** praticar ato fraudulento.
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

11.3 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

11.4 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.5 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

11.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

11.7 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

11.8 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

11.8.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

11.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (se houver) ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

11.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.13 - As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 - Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 - Poderá também ser causa de extinção contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta,

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, Resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital³, para um só efeito legal.

Curitiba, ____ de _____ de 2025

Representante Legal
p/Contratada

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral - TRE/PR
p/Contratante

³ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.